

A Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700) de Maurício Abreu sob o olhar dos arquitetos

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/198>

DOI: 10.4000/terrabrasilis.198

ISSN: 2316-7793

Editora:

Laboratório de Geografia Política - Universidade de São Paulo, Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

Refêrencia eletrónica

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, « *A Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700) de Maurício Abreu sob o olhar dos arquitetos* », *Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], 1 | 2012, posto online no dia 05 novembro 2012, consultado o 14 novembro 2019. URL : <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/198> ; DOI : 10.4000/terrabrasilis.198

Este documento foi criado de forma automática no dia 14 novembro 2019.

© Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

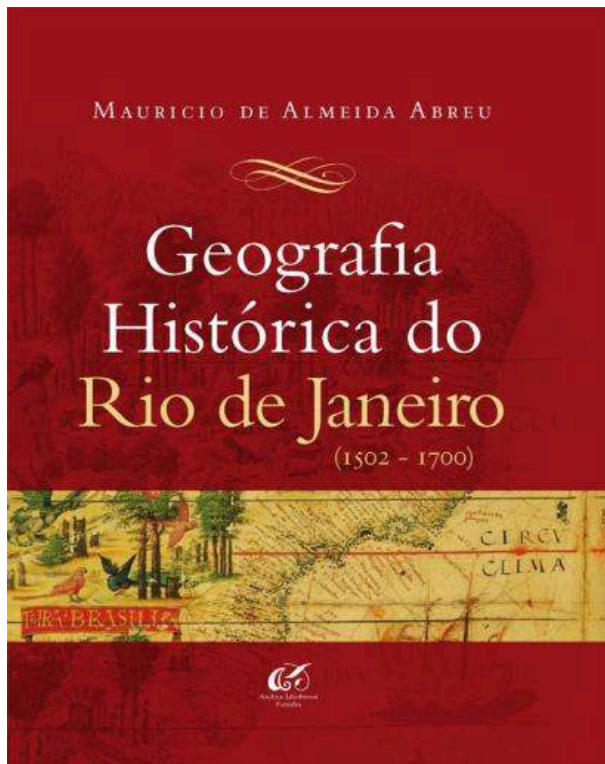
A Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700) de Maurício Abreu sob o olhar dos arquitetos

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

NOTA DO EDITOR

Este texto foi apresentado no lançamento do livro *Geografia Histórica do Rio De Janeiro (1502-1700)* de Maurício de Almeida Abreu (Rio de Janeiro, Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010, 2 v., 420 p. e 484 p.), realizado no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo no dia 05 de maio de 2011 [<http://www.ieb.usp.br/evento/lancamento-do-livro-quotgeografia-historica-do-rio-de-janeiro-1502-1700quot>].

- 1 Nesta justa homenagem ao trabalho de Maurício Abreu, me coube falar do livro *Geografia Histórica do Rio De Janeiro (1502-1700)* do ponto de vista dos arquitetos e, embora, eu seja uma historiadora de formação, é da ótica da casa eleita para atuar profissionalmente que eu vou falar.



- 2 Entre os arquitetos ainda não é senso comum pensar quão recente é o estudo da **História Urbana**, na qual se enquadra esta obra monumental. No Brasil, tais estudos se iniciam de forma sistemática entre nós da FAUUSP com as pesquisas de Nestor Goulart Reis Filho que, em sua tese de livre-docência¹ - *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana no Brasil (1500-1720)* (1964) -, descortina e conceitua teórica e metodologicamente um novo campo disciplinar chamado por ele de **História da Urbanização**. Mesclando uma perspectiva de arquiteto-urbanista (FAUUSP-1955) e sociólogo (FFLCH-1962), fruto da sua dupla formação, Nestor G. Reis inaugura um campo disciplinar que inclui gente e redes de articulação num cenário até então estático, árido e formalista predominante nos primeiros tempos da História Urbana. A teoria vem acompanhada, desde o início, de uma metodologia igualmente inédita, oriunda de um olhar empírico acurado, que não abre mão das imagens e da documentação textual primária, investigando as lógicas das relações sociais amalgamadas nos vestígios materiais do território e do espaço intraurbano, buscando explicar-lhes as motivações, conceituá-las e significá-las em seus próprios termos. Como dizia Lucien Febvre, “a História é filha de seu tempo” e o olhar do investigador sempre inspirado por questões do presente. Nas décadas de 1950 e 1960, em plena fase de metropolização das nossas cidades e em tempos de redescoberta do Brasil por toda uma geração de intelectuais² era oportuno que um de seus membros atentasse para as especificidades do Brasil Urbano desde sempre existente, mas diluído numa narrativa que insistia em ignorá-lo em meio ao ruralismo predominante. Não se tratava de uma peculiaridade brasileira, pois os desafios de um mundo em processo de urbanização acelerado, igualmente, instigavam a atenção de pesquisadores europeus e norte-americanos³, cujos textos inaugurais sobre História das Cidades ou História Urbana⁴ foram escritos a partir das décadas de 1950⁵ e 1960⁶. Nesse sentido, esta área do conhecimento era nova tanto lá como cá. No Brasil, para os arquitetos, o recuo ao passado colonial fora estratégico para se pensar e atuar no presente e estes homens

estavam vinculados simultaneamente à docência e às novas instituições de preservação do Patrimônio Cultural e de planejamento urbano⁷.

- 3 Entre os arquitetos, aos trabalhos de Nestor Goulart Reis sucederam-se outros, com destaque especial para a contribuição de Murillo Marx, cujo falecimento precoce em abril de 2011 abortou uma importante atuação em outra direção, descortinando a dimensão religiosa do nosso processo de urbanização e a crescente secularização dos espaços: no intra-urbano, ao lançar luz sobre o papel das ordens religiosas e das irmandades na configuração do espaço das nossas cidades (*Nosso chão: do sagrado ao profano*, 1988); no território, ao focar a rede de capelas, as freguesias e as questões fundiárias derivadas da ação da Igreja em parceria com o Estado (*Cidade no Brasil, terá de quem?*, 1991). Não lhe passaram despercebido a etimologia das palavras e suas especificidades semânticas em tempos coloniais (*Cidade no Brasil, em que termos?*, 1999).
- 4 Entre um e outro, como principais referências na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, destacam-se alguns brasilianistas como Richard Morse e Roberta Marx Delson. Esta última elegeu o século XVIII como objeto de estudo, focalizando as políticas de urbanização do período joanino, pombalino e mariano, e a ela se juntou uma geração de pesquisadores cariocas e soteropolitanos, nem sempre arquitetos, que mergulhou na questão e muito lhe contribuiu: Fania Fridman (economista – *Os donos do Rio em nome do Rei*, 1999), Pedro de Almeida Vasconcelos (Geógrafo – *Salvador: transformações e permanências 1549-1999*) e Maria Helena Flexor (escritos sobre as vilas pombalinas e sobre os ofícios mecânicos). Nessa terceira geração, que passa a vasculhar as realidades locais longe das generalizações das grandes teorias explicativas, insere-se Maurício Abreu, geógrafo de profissão, arquiteto-urbanista e historiador de ofício.
- 5 No Brasil, nos anos 1990 nota-se o surgimento de uma quarta geração de pesquisadores de arquitetos novamente interessada no período colonial após duas décadas de interesse mais dirigido ao século XIX. Em Portugal, por ocasião da criação da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, observa-se movimento semelhante, compreensível neste quadro de celebrações no qual a retomada do período da expansão marítima portuguesa era estratégica e ideologicamente oportuna de ser lembrada. Na virada do século XX para o XXI vieram à luz inúmeras publicações sobre a urbanização e o urbanismo colonial luso, envolvendo pesquisadores de fôlego como Renata Araújo, Walter Rossa, Helder Carita e Manuel Teixeira, responsáveis por reuniões científicas que resultaram em coletâneas de artigos importantes sobre a temática, exposições, propiciando um balanço da historiografia produzida até aquele momento. Em boa parte destas reuniões científicas esteve presente Maurício Abreu, perfeitamente à vontade em meio aos arquitetos assim como eu. Ali estava nosso fórum de discussão e ali nos conhecemos.
- 6 Nesse clima, na verdade, o vi pela primeira vez em 1995, exatamente no momento da sua estadia em Portugal que lhe permitiu o contato com a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, como ele relata na introdução do livro, crucial para a reviravolta temática que culminou na redação desta obra monumental. O fascínio pelas fontes coloniais irmana todas essas quatro gerações. Entendo perfeitamente as opções, a partir de 1995, do nosso querido Maurício Abreu e o abandono do século XIX para um mergulho profundo nas nossas raízes urbanas coloniais, com especial atenção para os séculos XVI e XVII, até então negligenciados ou banalizados como um simples intróito ao século XVIII.

- 7 É disso que se trata em *Geografia Histórica do Rio De Janeiro (1502-1700)*: uma questão de paixão, o abraçar de uma vocação postergada em idas e vindas por uma “ditadura do presente” (os séculos XIX e XX) imposta por vezes duramente tanto aos geógrafos como aos arquitetos. Longe de puro diletantismo, trava-se de uma missão historiográfica.
- 8 A paixão e o prazer das descobertas referentes ao “lugar” (objetiva e subjetivamente escolhido a dedo como objeto de estudo) – o Rio de Janeiro! - não lhe ofuscaram os olhos. Rigor e método de bom historiador abundam na sua obra. O trabalho é de leitura fácil, agradável, malgrado denso, minucioso e amparado em fontes primárias áridas deliciosamente bem escolhidas e interpretadas. Pois é disso que também se trata: arqueologia, reconstituição de um passado e de uma paisagem urbana perdidos (os primeiros séculos, cujo marco original foi inclusive demolido), um quebra-cabeça cujas muitas peças precisaram ser descobertas, seriadas e articuladas para ganharem sentido.
- 9 Se os primórdios da história urbana na Europa foram marcados por leituras morfológicas na linha dos trabalhos de Pierre Lavedan – *Histoire de l’Urbanisme* (vol. 1 - 1926) -, nas quais a iconografia nem mesmo merecia uma crítica interna, no Brasil não se pode dizer o mesmo. Amparada em *scholars* como Nestor Goulart Reis Filho e Milton Santos, a nossa geografia e história urbana desde o início buscou descortinar processos sociais de apropriação, produção e transformação do espaço urbano e do território, articulando o tripé dialético tempo-espaço-sociedade, dando voz aos atores sociais nas suas diversas escalas geográficas de atuação. Ao ler a introdução de Maurício Abreu e seus propósitos no âmbito do que os geógrafos chamam de “Geografia Histórica” me senti plenamente à vontade, pois muito me lembrou a teoria e os métodos divulgados por Nestor Goulart Reis na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e, mais recentemente, por Bernard Lepetit (*in memoriam*) em suas conceituações sobre o campo disciplinar intitulado por ambos, sem o saberem, de *História da Urbanização*. Daí a amizade, o respeito, a menção tanto a Reis como a Lepetit no trabalho, entre tantos outros inspiradores.
- 10 Mas se noto semelhanças entre eles, observo também diferenças cruciais que tornam a obra de Maurício Abreu uma enorme contribuição teórico-metodológica muito genuína para todos os interessados em História Urbana.
- 11 O frescor do trabalho, a meu ver, se deve à justa articulação de um olhar de geógrafo, historiador e arquiteto-urbanista, sobre uma massa colossal de documentos eleitos como fontes primárias para estudo. Em geral, os geógrafos optam pelo presente, historiadores raramente espacializam relações sociais, sociólogos são teóricos decalcados da dimensão empírica e arquitetos-urbanistas pecam por privilegiarem aspectos morfológicos. Maurício Abreu, na justa medida, foge de todas estas armadilhas. Suas motivações e perguntas conferem sentido e orientam a escolha, recolha e interpretação da documentação primária eleita prioritariamente como fonte e estas escolhas emanam deste triplo olhar. As fontes seriadas dão luz à análise processual pretendida, dão contornos à paisagem natural pregressa e à construída, dão voz à miríade de atores envolvidos, espacializando um lento apropriar e produzir um espaço tanto físico como humano.
- 12 Para minha surpresa, as principais fontes eleitas não foram as cartográficas ou iconográficas como eu apressadamente imaginei. Tão caras aos arquitetos, pareceram demasiadas escassas e conhecidas ao geógrafo, selecionadas a dedo apenas para orientar ou comprovar aquilo que se constatava através de outras fontes. Por exemplo,

ao mostrar a carta de Luís Teixeira e atentar para a toponímia dada à várzea, “praia de Manoel”, propriedade de Manoel de Brito.

- 13 Em substituição à iconografia e cartografia histórica - que em nenhum momento é mera ilustração em seu trabalho, mas documento para a História -, abundam os “mapas conjecturais” que espacializam hipóteses e conjecturas cuidadosamente formuladas e embasadas pelos dados minuciosamente recolhidos nas linhas e entrelinhas da documentação cartorial eleita prioritariamente como fonte, organizada em inúmeros e preciosos quadros, tabelas e anexos. O método, mais indutivo que dedutivo, cuida de evitar anacronismos, de escapar de interpretações apressadas e cair nas armadilhas impostas pela toponímia de outros tempos.
- 14 A documentação cartorial referente à concessão de “sesmarias” e “chãos urbanos”, seriada, permite espacializar um lento processo social de apropriação e produção do território da capitania do Rio de Janeiro e da cidade, objetivo primaz dos volumes 1 e 2 do livro *Geografia Histórica do Rio De Janeiro (1502-1700)*.
- 15 Venho cobrando muito dos meus alunos este olhar de geógrafo que sobeja na escrita e narrativa proposta por Maurício Abreu: o lento processo de apropriação e produção de territórios não se faz no “vazio”, na “tabula rasa” e, sabendo disso, ele nos mostra claramente as pré-existências humanas (parte 1 - toda dedicada aos indígenas) e ambientais (Parte 4 - a geografia física do “lugar”), e os encontros culturais observados.
- 16 A leitura do livro permite que imaginemos este lugar do passado perdido e obscurecido em meio a tantas transformações, a ponto de o autor mencionar que o que hoje se qualifica como a “bela paisagem do Rio de Janeiro” não ter nada de natural, mas ser resultado de profundas alterações ambientais decorrentes da ação humana de longo tempo. Sobre o Rio de Janeiro ele diz: “Processo de afirmação humana sobre a natureza”, “o natural é produto da ação humana” (p. 217).
- 17 O bioma litorâneo (sua formação geológica, vegetação e fauna), a situação geográfica exemplar eleita no âmbito de um sistema colonial de escala planetária (“sistema-mundo”), o sitio ruim (morros entre manguezais, rios, lagoas - “sangas”-, brejos e areais - resultantes de um lençol freático muito próximo à superfície) são quantificados e qualificados em seus elementos essenciais, explicando as escolhas realizadas pelos portugueses em simbiose com o legado indígena.
- 18 As pré-existências indígenas, minuciosamente tratadas na Parte 1, dão a medida das territorialidades sociais pregressas: aldeias (em geral, nas melhores situações geográficas depois apropriadas pelos portugueses), as aguadas, portos, zonas férteis, as trilhas indígenas (que permitiam a interiorização e se converteram em caminhos regionais e vias urbanas) e a toponímia indígena (que ressalta o caráter pregresso do lugar) são aspectos levados em consideração para explicar as lógicas da ocupação portuguesa. A “Geografia Histórica” de Maurício Abreu, diferentemente de muitos dos seus pares, não começa com a chegada dos portugueses, contrariando o que induziria pensar apressadamente o recorte temporal eleito para estudo (1502-1700).
- 19 O olhar atento à etimologia (p. ex. ao sentido da palavra “trasto” e suas implicações urbanas), aos documentos e suas armadilhas (p. ex. cidade velha toda cercada de muros de taipa, com torres e baluartes e fortes com artilharia = resultando em 4 hipóteses devidamente espacializadas), conferem rigor ao trabalho hercúleo de levantamento e espacialização de todos aqueles documentos cartoriais. A consciência de que se trata de cartas de doação de sesmaria “in jure” e não da ocupação “de fato”, o apreço por

detalhar as características materiais da cidade (ruas, praças, rossios ou “campos”, principais logradouros e edifícios públicos, casario, materiais, técnicas e sistemas construtivos...) dão contornos e cor ao cenário em geral apresentado como um simples borrão pela historiografia. O lento passar de uma cidade de taipa de mão coberta de palha para uma de pedra e cal coberta de telha, o lugar dos principais edifícios oficiais e dos sobrados, na linha do trabalho do arquiteto Nireu Cavalcanti para o início do século XIX, mostram detalhes de um Rio de Janeiro “urbano” perdido. Quem ocupa, quem constrói, onde e como, são perguntas que ganham respostas contundentes com Maurício Abreu.

- 20 Mas a análise dos diversos elementos da morfologia urbana em momento algum prescinde dos atores e das relações sociais que lhe conferem razão de ser. Daí a dialética espaço-sociedade-tempo aqui tratada com todo o rigor de bom historiador, mostrando os atores urbanos (a Coroa, a Câmara, ordens religiosas, irmandades e confrarias leigas, negociantes, mercadores, contratadores, senhores de engenho, advogados, médicos, alfaiates, senhores de trapiches até harpistas), tensões e conflitos, alianças e os usos dos espaços (vida cotidiana, comércio, serviços urbanos, as festas e procissões), o que confere vida a este “lugar do passado” descrito em minúcias.
- 21 Foge portanto da armadilha tradicional: Parte A: Sociedade; Parte B: Espaço ou mero cenário e palco de relações sociais.
- 22 Também não lhe faltou ousadia ao refutar a tese do “desleixo” veiculada por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936/1948), contribuindo para o debate. Ao falar da nossa tradição lusa de construir cidades, mostra com rigor e pautado em fontes contundentes as lógicas e racionalidades presentes, a existência de “planos mentais” ou “projetos desenhados de fato” (tais como as sete plantas do engenheiro militar Miguel de Lescolle datadas de 1649, hoje desaparecidas, plano de expansão da urbe para várzea) que por vezes orientavam as ocupações, bem como as práticas consuetudinárias representadas em normas urbanísticas emanadas do Poder Concelhio que igualmente desenhavam no cotidiano as cidades, orientando o processo de apropriação e produção dos espaços. Sem ser ideológico, “pinga os is”, mostrando na justa medida, o papel de uns e de outros, os embates entre a Coroa, a Câmara e outros atores, a presença de engenheiros militares como Miguel de Lescolle e de mestres construtores como Nuno Garcia (versão carioca de Luís Dias para Salvador), plantas e planos de expansão da cidade em certas ocasiões (um sistema de aprovação junto ao Conselho Ultramarino passando pelo arquiteto-régio Matheus do Couto), refutando tanto a tese do “desleixo” português como a de que qualquer indício de “regularidade” ou “traçado ortogonal” fosse eco exclusivo da quadrícula hispânica em função da União das Coroas Ibéricas ou da presença de engenheiros militares. Com ou sem a presença de engenheiros, a formação das vilas e cidades (ele enfatiza especialmente o caso das Cidades Reais) não se dava ao “acaso”, “aleatoriamente”, havendo práticas urbanísticas ancestrais, consolidadas nas Ordenações do Reino e posturas urbanísticas que orientavam o processo, gerando obviamente burlas e conflitos. Na linha do que disse Walter Rossa, tratava-se de um “Urbanismo Regulado”, sobre o qual as pesquisas dos medievalistas em Portugal têm sido muito preciosas e Maurício Abreu soube bem aproveitar. Dar luz a essas práticas e voz a esses atores, sem ser ideológico ou deslumbrado com modismos historiográficos que insistem em denegrir as ações oficiais, buscando inserir no debate tensões e conflitos em face às normas, eis algumas das suas múltiplas contribuições.

- 23 Trata-se de um trabalho de cultura material, de linha braudeliana, no qual um “lugar” ganha vida e contornos, dialética e processualmente reconstituído, num quebra-cabeças insano e fascinante que apaixonou o autor, roubando muito do seu tempo livre, e agora apaixonou o leitor.
- 24 A nós pesquisadores interessados em História Urbana resta atentar para as diretrizes teórico-metodológicas implícitas em *Geografia Histórica do Rio De Janeiro (1502-1700)* de Maurício Abreu e lhe seguir os passos em futuros estudos dessa natureza.
IEB-USP, 06 de maio de 2011

BIBLIOGRAFIA

- CALABI, Donatella. “A história urbana na Itália e na Europa”. In: PONTUAL, Virgínia; LORETTO, Rosane (orgs.). *Cidade, território e urbanismo: um campo conceitual em construção*. Olinda: CECI, 2009. pp. 39-53
- LEPETIT, Bernard. “Proposições para uma prática restrita da interdisciplinaridade”. In: SALGUEIRO, Heliana (org.). *Por uma nova história urbana/ Bernard Lepetit*. São Paulo: EDUSP, 2001
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Catálogo de iconografia das Vilas e Cidades do Brasil Colonial: 1500/1720*. São Paulo: Museum/FAU/USP, 1964
- _____, *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: 1500-1720*. São Paulo: Editora Pioneira, 1968.
- _____, Algumas raízes. Origens dos trabalhos de pesquisa sobre Arquitetura, da Urbanização e do Urbanismo no Brasil. Revista Pós (número especial). *Anais do O Estudo da História na Formação do Arquitetura*. São Paulo: FAUUSP, 1994. pp. 40-45.
- _____, *Notas sobre a evolução dos estudos de história da urbanização e do urbanismo no Brasil*. São Paulo: FAU-USP, 1999 (Cadernos de pesquisa do LAP, n. 29)
- ROSSA, Walter. “A cidade portuguesa”. In: PEREIRA, Paulo (dir.). *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995

NOTAS

1. REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: 1500-1720*. São Paulo: Editora Pioneira, 1968. e REIS FILHO, Nestor Goulart. *Catálogo de iconografia das Vilas e Cidades do Brasil Colonial: 1500/1720*. São Paulo: Museum/FAU/USP, 1964. As pesquisas foram desenvolvidas entre 1959 e 1963.
2. V. REIS FILHO, N. G. Algumas raízes. Origens dos trabalhos de pesquisa sobre Arquitetura, da Urbanização e do Urbanismo no Brasil. Revista Pós (número especial). *Anais do O Estudo da História na Formação do Arquitetura*. São Paulo: FAUUSP, 1994. pp. 40-45.
3. Nos EUA, destacam-se especialmente os historiadores vinculados à Neo-Ecologia na Escola de Chicago, sobretudo Eric Lampard.

4. Vide, a propósito, REIS FILHO, Nestor Goulart . *Notas sobre a evolução dos estudos de história da urbanização e do urbanismo no Brasil*. São Paulo: FAU-USP, 1999 (Cadernos de pesquisa do LAP, n. 29).
 5. Donatella Calabi fala nos anos 1950 como início da storia urbana italiana. CALABI, Donatella. “A história urbana na Itália e na Europa”. In: PONTUAL, Virgínia; LORETTO, Rosane (orgs.). *Cidade, território e urbanismo: um campo conceitual em construção*. Olinda: CECI, 2009. pp. 39-53.
 6. Segundo Bernard Lepetit, “Até o final dos anos 1960, na França, por exemplo, a cidade não constitui verdadeiramente um objeto de pesquisa histórica” - LEPETIT, Bernard. “Proposições para uma prática restrita da interdisciplinaridade”. In: SALGUEIRO, Heliana (org.). *Por uma nova história urbana/ Bernard Lepetit*. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 39. Cabe lembrar que a população urbana francesa superou a rural em 1940 e, no Brasil, as populações rural e urbana se equivaleram em 1945, ocorrendo a predominância desta última a partir de 1970. Os primeiros estudos sobre as cidades portuguesas também surgiram nas décadas de 1950 e 60, segundo Walter Rossa “face aos problemas (essencialmente sociais, econômicos e patrimoniais) gerados pelo boom espacial e demográfico nos principais núcleos urbanos de então”. ROSSA, Walter. “A cidade portuguesa”. In: PEREIRA, Paulo (dir.). *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, vol. III, p. 236
 7. É importante lembrar que na França a população urbana superou a rural em 1940 e no Brasil a viragem datou dos anos 1970, ensejando o mesmo tipo de discussão e ação.
-

ÍNDICE

Índice geográfico: Rio de Janeiro

Índice cronológico: 1502, 1700

AUTOR

BEATRIZ PICCOLOTTO SIQUEIRA BUENO

Professora Doutora da FAUUSP